

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	10
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	11
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	12
1.10 Informações de sociedade de economia mista	13
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	14
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	15
1.13 Acordos de acionistas	16
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	17
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	18
1.16 Outras informações relevantes	19
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	20
2.2 Resultados operacional e financeiro	30
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	32
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	33
2.5 Medições não contábeis	34
2.6 Eventos subsequentes as DFs	35
2.7 Destinação de resultados	36
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	38
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	39
2.10 Planos de negócios	40
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	42
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	43
3.2 Acompanhamento das projeções	44

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	45
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	54
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	55
4.4 Processos não sigilosos relevantes	59
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	62
4.6 Processos sigilosos relevantes	63
4.7 Outras contingências relevantes	64
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	65
5.2 Descrição dos controles internos	66
5.3 Programa de integridade	67
5.4 Alterações significativas	70
5.5 Outras informações relevantes	71
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	72
6.3 Distribuição de capital	75
6.4 Participação em sociedades	76
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	77
6.6 Outras informações relevantes	78
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	79
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	80
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	81
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	82
7.4 Composição dos comitês	86
7.5 Relações familiares	87
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	88
7.7 Acordos/seguros de administradores	89
7.8 Outras informações relevantes	90
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	91

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	92
8.3 Remuneração variável	95
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	96
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	97
8.6 Outorga de opções de compra de ações	98
8.7 Opções em aberto	99
8.8 Opções exercidas e ações entregues	100
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	101
8.10 Outorga de ações	102
8.11 Ações entregues	103
8.12 Precificação das ações/opções	104
8.13 Participações detidas por órgão	105
8.14 Planos de previdência	106
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	107
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	108
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	109
8.18 Remuneração - Outras funções	110
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	111
8.20 Outras informações relevantes	112
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	113
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	114
9.4 Outras informações relevantes	115
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	116
10.1 Descrição dos recursos humanos	117
10.2 Alterações relevantes	118
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	119
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	120
10.5 Outras informações relevantes	121
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	122

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	123
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	130
11.3 Outras informações relevantes	131
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	132
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	133
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	134
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	135
12.5 Mercados de negociação no Brasil	136
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	137
12.7 Títulos emitidos no exterior	138
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	139
12.9 Outras informações relevantes	140
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	141
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	142
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

A Companhia, empresa do grupo Novonor, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 com o objeto de explorar, sob regime de concessão, o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 Km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km da BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado de Mato Grosso, entre eles a Capital Cuiabá ("Sistema Rodoviário").

Em 12 de março de 2014, a Companhia e a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), após ter vencido o leilão ao propor a menor tarifa de pedágio sem comprometer os investimentos previstos, apresentando uma tarifa de R\$ 2,638 por eixo, com data base de 2012, assinaram o Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário, decorrente do edital de concessão nº 003/2013, com vigência de 30 anos contados da data de assunção.

Em 21 de março de 2014, a Companhia assumiu a concessão da BR-163/MT, como parte da terceira etapa do Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal, lançado em 2012. Por meio do programa, foi possível captar investimentos para alavancar a qualidade das rodovias federais de grande importância logística para o país. Ao longo dos 30 anos de concessão, cerca de R\$ 6,8 bilhões constavam no plano de investimentos para o Sistema Rodoviário, que é a principal rota de escoamento da safra de grãos do estado de Mato Grosso, principal produtor nacional, e ao longo dos 8 anos de concessão já foram investidos R\$ 2,3 bilhões.

Além da duplicação de 453,6 km de pistas sob a responsabilidade da Companhia, dos quais foram duplicados 117,4 km, há obrigação de construção de dispositivos como pontes, viadutos, passagens inferiores, trevos em nível, correções de traçados, passarelas e entroncamentos no Sistema Rodoviário. A conservação e manutenção de toda a rodovia é contínua.

Em 06 de setembro de 2015, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio, sendo reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e demais fatores contratuais de desempenho uma vez por ano.

A Companhia previa em seu plano de negócios original, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo inicialmente contratados, porém, a deterioração do cenário econômico e político do País, à época, trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Assim, diante da interrupção das negociações para a contratação do empréstimo de longo prazo nas condições planejadas inicialmente, a Companhia tem buscado alternativas junto ao Poder Concedente para solução do Contrato de Concessão, amparada pela regulação do setor de rodovias, que passou por diversas mudanças nos últimos anos.

Dentre as principais mudanças que ocorreram, podemos destacar: (i) edição da Medida Provisória 752/2017, convertida na Lei Federal nº 13.448/2017 ("Lei da Relicitação"), regulamentada pelo decreto Federal nº 9.957/2019, passando a permitir a extinção amigável dos contratos de concessão e sua

1.1 Histórico do emissor

relicitação, (ii) Resolução ANTT nº 5.860/2019, que regula os critérios de indenização em caso de rescisão antecipada dos contratos de Concessão, (iii) Resolução ANTT nº 5.823/2018, regulamentada pela Portaria ANTT nº 24/2021, que define os elementos na instrução e propositura de celebração de termos de ajuste de conduta para saneamento de inexecuções contratuais, e (iv) Resolução ANTT 5.935/2021, que regulamenta a hipótese de caducidade para processo de extinção dos contratos de concessão, define ritos e procedimentos para apresentação de plano de trabalho para correção das falhas e transgressões, (v) Resolução ANTT 5.926/2021 que estabelece diretrizes para encerramento, relicitação e extensão dos contratos de concessão de infraestrutura rodoviária sob competência da ANTT.

Em 21 de outubro de 2021, a ANTT instaurou o processo administrativo de Caducidade. Em 09 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou resposta ao processo de Caducidade e encaminhou requerimento junto à ANTT manifestando a intenção de aderir ao Processo de Relicitação do Contrato de Concessão, em observância aos requisitos da Lei nº 13.448/2017.

Em 10 de março de 2022, a Diretoria Colegiada da ANTT, através da Deliberação nº 102 da mesma data, atestou a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-163/MT, apresentado pela Concessionária Rota do Oeste nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019. Adicionalmente, determinou o envio do referido processo ao Ministério da Infraestrutura.

Em 05 de maio de 2022, o Ministério da Infraestrutura, através da publicação da Portaria nº 24, declara a compatibilidade do requerimento de relicitação da concessão da rodovia da BR-163/MT - trecho entre a divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul e término no entroncamento com a MT-220, com o escopo da política pública e submete ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República para deliberação, nos termos do art. 6º, caput, do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019.

Em 02 de junho de 2022, através da Resolução CPPI nº 235/22, o Conselho do PPI da Presidência da República opinou favoravelmente pelo envio ao Presidente da República para qualificação do empreendimento público sob Contrato de Concessão assinado pela Concessionária Rota do Oeste.

Como parte das tratativas da Companhia junto à ANTT para retomada dos investimentos contratuais, em 23 de agosto de 2022, a CRO protocolou na Agência requerimento para anuência da Troca de Controle, apresentando nova versão de Termo de Ajustamento de Conduta. A proposta tramitou em procedimento administrativo de análise do Poder Concedente e, de modo paralelo, tramitou sob o rito de acompanhamento no respectivo Órgão de Controle – TCU, resultando no Acórdão nº 2139/2022, com a conclusão unânime da Corte da inexistência de óbice para a celebração do TAC.

No dia 04 de outubro de 2022, foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta na Modalidade Plano de Ação ("TAC Plano de Ação"), condicionado a troca de controle acionário da Companhia, condição que permanece sob análise da ANTT. O TAC Plano de Ação contempla dentre outros aspectos: (i) o replanejamento das obras em 8 anos; (ii) o sobrestamento de todo passivo regulatório mediante sua extinção após o cumprimento do TAC; e (iii) extinção da arbitragem contra a ANTT.

1.1 Histórico do emissor

Em continuidade ao requerimento de devolução amigável protocolado em 9 de dezembro de 2021, que culminou na publicação do Decreto presidencial nº 11.122/2022, que qualifica o empreendimento da BR-163/MT para fins de relicitação, no dia 05 de outubro de 2022, a CRO celebrou o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Edital nº 003/2013 ("TA Relicitação") nos termos da Lei 13.448/2017, que passará a vigor em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura, com a condição resolutive de extinção, quando efetivados requisitos de eficácia do TAC Plano de Ação.

No dia 05 de dezembro de 2022, após Deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT nº 363, foi firmado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, acrescentando 60 (sessenta) dias ao início da vigência do 4º Termo Aditivo (TA Relicitação). A prorrogação do início da vigência do TA Relicitação visa permitir que se concluam os trâmites previstos no TAC Plano de Ação - em especial a transferência de controle societário da Companhia à MT Participações e Projetos S.A – MTPAR.

No dia 14 de dezembro de 2022, em sessão plenária realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, foi aprovado o projeto de Lei nº 963/2022, que altera a Lei Orçamentária Anual do Estado de Mato Grosso para o ano de 2023, acrescentando no orçamento fiscal da MTPAR crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1 bilhão para atender as despesas de transferência do controle acionário da Companhia e os investimentos previstos no TAC Plano de Ação.

Com isso, a ANTT manifestou a sua anuência para transferência de controle societário da Companhia para a MT Participações e Projetos S/A ("MTPAR") na reunião da Diretoria Colegiada realizada em 15 de dezembro de 2022, nos termos da Deliberação nº 382 publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2022, condicionado à implementação cumulativa das seguintes medidas: (i) aporte pelo governo do estado do Mato Grosso na MTPAR de todos os valores indispensáveis ao cumprimento das condições de eficácia do Termo de Ajustamento de Conduta - Plano de Ação (TAC) e (ii) integralização no capital social da concessionária dos mútuos em aberto com o atual acionista.

O TA Relicitação extingue-se quando e se efetivadas as condições de eficácia do TAC Plano de Ação, entre as quais: (i) o saneamento dos passivos da Companhia perante os atuais credores com recursos diretamente do novo acionista; (ii) anuência da ANTT para a transferência do controle societário da concessionária e (iii) a conclusão da governança da controladora da Companhia, que ainda deverá deliberar pela aprovação da alienação das ações da Companhia para a MT Participações e Projetos S/A – MT PAR, sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Mato Grosso.

Caso o TAC Plano de Ação não atinja sua eficácia, o TA Relicitação iniciará sua vigência e, ao final, haverá compensação entre o valor estimado para a indenização da Companhia e o montante previsto para pagamento dos autos de infração e demais processos que resultem em algum crédito do Poder Concedente com a CRO.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico ("SPE") e capital aberto. Foi constituída em 27 de dezembro 2013 e iniciou suas operações de arrecadação de pedágio em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão o Sistema Rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e MT-407 entre os municípios Itiquira (MT) e Sinop (MT), trecho com extensão de 850,9 quilômetros.

Ao todo, 19 municípios estão compreendidos na extensão da BR-163/MT, entre eles a capital Cuiabá, Rondonópolis, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, cidades que são principais polos produtores agrícolas do Estado de Mato Grosso, líder na produção de grãos e leguminosas.

Entre Rondonópolis (km 115 – BR-163) e o Posto Gil (km 507 – BR-163), a BR-163/MT é sobreposta pela BR-364/MT, rodovia diagonal que se inicia no Estado de São Paulo e termina no Estado do Acre. No trecho em que as duas rodovias se sobrepõem, prevalecem os marcos quilométricos da BR-364, segundo convenção estipulada –pelo Departamento Nacional de Transportes Terrestres ("DNIT") no Sistema Nacional Viário ("SNV") por força normativa da Lei Federal Nº 12.379/2011.

Em 21 de março de 2014, a Companhia assumiu a administração da rodovia, por meio do Contrato de Concessão firmado com o Governo Federal, com validade de 30 anos. O seu maior desafio é tornar a BR-163/MT no corredor logístico estratégico mais seguro do Brasil, que é a principal via rodoviária de escoamento da produção agroindustrial da região Centro-Oeste do país, por onde passam diariamente 74 mil veículos, dos quais 58,8% são Veículos Pesados.

Para tanto, cumprindo o cronograma de investimentos do PER, é necessário um total de R\$ 4,6 bilhões (valor real a mai/12, conforme EVTE) ao longo dos 30 anos da concessão, a serem aplicados em obras de ampliação de capacidade e melhorias, recuperação, manutenção, conservação e demais Frentes da Concessão.

São disponibilizados pela Companhia serviços de atendimento aos Usuários em 18 bases operacionais ao longo dos 850,9 km de concessão além da disponibilização de 16 ambulâncias de resgate, e 5 UTI's com médicos, 25 viaturas de inspeção de tráfego, 22 guinchos para atendimento a veículos de passeio (guinchos-leve) e 11 para atendimento especializado a caminhões e outras cargas pesadas (guinchos-pesados), de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 caminhões-guindaste, 10 carreta de PMV e 5 veículos para apreensão de animais.

Toda esta estrutura está disponível a todos os Usuários da Rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações ("CCO"), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

No ano de 2022, foram registradas 64.423 ligações para o serviço 0800, e 108.960 ocorrências, das quais resultaram os acionamentos de recursos, destacando-se:

- 56.757 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guinchos e combate a incêndio;
- 21.939 acionamentos para remoção de veículos;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- 7.922 acionamentos de ambulâncias.

Para viabilizar a realização de todas as obras e a prestação dos serviços de atendimento, conforme previsto no Contrato de Concessão, foi iniciada a arrecadação do pedágio na BR-163/MT em 06 de setembro de 2015. O mapa a seguir ilustra a localização do trecho da rodovia administrada pela Companhia:



1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

1.5 Principais clientes

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações;

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor;

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades;

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

d) Contribuições financeiras efetuadas direta ou por meio de terceiros a partidos políticos, ocupantes de cargos políticos ou candidatos a cargos políticos;

Os integrantes são proibidos de prometer, oferecer, autorizar ou dar, direta ou indiretamente, contribuição política, para partidos políticos ou para candidatos a cargos públicos com os recursos ou em nome da CRO.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Concessionária explica a seguir o motivo da não divulgação, adoção ou consideração de (a) relatórios de informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG); (b) matrizes de materialidade; (c) indicadores-chave de desempenho ASG; (d) auditoria ou revisão de informações de ASG divulgadas; (e) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da UNICEF (ODS-UNICEF) relacionados a questões climáticas; (f) não realização de inventários de emissão de gases de efeito estufa.

A divulgação de informações ASG e de inventário de gases de efeito estufa não é requerida nos processos de licenciamento ou em cláusulas contratuais e, por isso, essa demanda não foi planejada, no entanto, a empresa está reavaliando essa decisão.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, o emissor não se enquadra como Sociedade de Economia Mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve nenhuma aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante da Companhia que não se enquadre como operação normal de seus negócios.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não houve operações de reestruturação societária, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes ocorridas na Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

1.13 Acordos de acionistas

Não houve celebrações, modificações ou extinções de acordos de acionistas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na condução dos negócios da CRO.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, contrato relevantes celebrados pela Companhia não diretamente relacionados com as suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção do Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais;

Todos os valores expressos em reais a seguir estão divididos em mil unidades de moeda, exceto quando especificamente indicado outra medida.

A Companhia em 31 de dezembro de 2022, apresentou um passivo circulante R\$ 1.003.589, decorrente da dívida de curto prazo com instituições financeiras, o qual excede seu Ativo Circulante em R\$ 931.063 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 995.405). Buscando minimizar a exposição de riscos de seus passivos e ativos, a Companhia adota procedimentos de gestão de risco de liquidez, conforme descrito no item “b” abaixo.

A Administração da Companhia vem envidando todos os esforços necessários para gestão e adequação das suas necessidades de caixa e obrigações junto aos seus “stakeholders”, mediante: (a) manutenção da trafegabilidade da rodovia e segurança viária aos Usuários; (b) prorrogação dos vencimentos e reestruturação das suas dívidas junto aos seus Credores; (c) suspensão dos pagamentos com partes relacionadas, destacadamente os mútuos; e (d) busca de soluções do Contrato de Concessão com o Poder Concedente.

Todas as alternativas de saneamento do Contrato de Concessão atualmente em discussão visam solucionar os significativos efeitos passados da deterioração do cenário econômico e político, que provocaram severas restrições no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), notadamente a contratação do empréstimo de longo prazo, nas condições inicialmente planejadas pela Administração e divulgadas pelo Poder Concedente quando da licitação do Contrato de Concessão da BR-163/MT.

b) estrutura de capital;

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde ao endividamento líquido dividido pelo Capital Social total. O endividamento líquido, por sua vez, corresponde ao total do Passivo Oneroso da Companhia (inclui empréstimos e financiamentos, além dos passivos de arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos) líquidos do saldo no Ativo de caixa e equivalentes de caixa (incluindo aplicações financeiras do excedente de caixa).

Em 31 de dezembro de 2022 a dívida líquida da Concessionária foi de R\$ 936.005, aumento de 5,7% em relação ao exercício findo em 2021 devido, principalmente, pela diminuição do saldo de Caixa e equivalentes de caixa.

A dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 914.136 e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 885.322.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os índices de endividamento e de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 estão resumidos na Tabela abaixo.

Gestão de Capital - R\$ mil	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos e debêntures	953.074	950.262	941.072
Arrendamento mercantil operacional	10.479	11.848	10.614
Caixa e equivalentes de caixa	-27.548	-76.788	-37.550
Dívida líquida	936.005	885.322	914.136
Total do patrimônio líquido	488.783	407.395	353.026
Total do capital próprio e de terceiros	1.424.788	1.292.717	1.267.162
Índice de alavancagem financeira - %	66%	68%	72%

Tabela 1. Indicadores de Gestão de Capital da CRO. Elaboração própria.

A rubrica "Patrimônio Líquido" corresponde à soma dos saldos das contas de Capital Social, Reserva de Lucros e Prejuízos Acumulados e o Resultado do Exercício Corrente.

A rubrica "Dívida Líquida" corresponde à soma dos saldos das contas de Empréstimos e Financiamentos, e Arrendamento Mercantil Operacional, de curto e longo prazos, subtraído do montante dos saldos das contas de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.

A diretoria da Companhia entende que a estrutura de capital é reflexo de seu atual contexto, e que envida todos seus esforços no endereçamento de seus passivos financeiros e regulatórios para cumprir com seus compromissos diante fornecedores, Credores, Usuários da Rodovia e Poder Concedente.

A Administração informa que não existem captações em moedas estrangeiras.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

Conforme exposto no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis do exercício social de 2022, o Passivo Circulante supera o Ativo Circulante da Companhia em R\$ 931.063, principalmente pelo Endividamento contraído para cumprir as obrigações de implantação operacional da Concessionária.

Na Tabela abaixo segue demonstrado os indicadores de liquidez da Companhia nos três últimos exercícios sociais. Conforme a literatura acadêmica, o patamar desejado para os indicadores de liquidez são os mais próximos de 01 (um) unidade.

Liquidez Corrente - R\$ mil	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
a) Ativo Circulante	72.526	119.316	70.628
b) Passivo Circulante	1.003.589	1.114.721	1.083.731
Índice de Liquidez Corrente (a/b)	0,07	0,11	0,07

Liquidez Imediata - R\$ mil	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
a) Caixa e Equivalentes de Caixa	27.548	76.788	37.550
b) Passivo Circulante	1.003.589	1.114.721	1.083.731

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de Liquidez Imediata (a/b)	0,03	0,07	0,03
-----------------------------------	------	------	------

Tabela 2. Indicadores de Liquidez da CRO. Elaboração própria.

É de conhecimento da Administração que a Companhia apresenta indicadores de liquidez baixos e que evidenciam o risco que a Concessionária tem de não conseguir cumprir com todas as suas obrigações, especialmente aquelas com o Poder Concedente (no âmbito do Contrato de Concessão) quanto às com seus Credores (no âmbito dos Contratos de Financiamento).

Conforme explicado anteriormente, a Administração da Companhia vem envidando os máximos esforços para a gestão e a adequação das suas necessidades de caixa e obrigações junto aos seus “stakeholders”.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

A Companhia financiou os investimentos iniciais para implantação operacional previstos no Contrato de Concessão por meio da captação de recursos provenientes dos acionistas (aportes de capital), contratos de financiamento de curto prazo (empréstimo-ponte), além dos recursos provenientes do fluxo de caixa operacional.

A diretoria previa em seu plano de negócios original a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no contrato de concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo junto a Caixa Econômica Federal (“CEF”) e o BNDES. Diante dos significativos efeitos da deterioração do cenário econômico e político do país, houve implicações diretas no mercado de crédito, o que impactou a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos seus acionistas.

Diante da interrupção das negociações com BNDES, principalmente para contratação do empréstimo de longo prazo, foi celebrado um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças (“Instrumento da Inação”), para tentativa de alongamento da dívida onerosa de curto prazo em aberto com os Credores sub-rogadores e a CEF.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

A Administração da Companhia não apresenta em seu planejamento, em linha com condições negociadas com seus atuais Credores, contratação de novas Dívidas de curto prazo.

f) níveis de endividamento e características das dívidas;

I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

BNDES – Empréstimo Ponte

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1, no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidiriam juros de 2,9% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

O prazo original de vencimento, de 15 de fevereiro de 2016, foi rolado dez vezes junto ao BNDES desde 2016, sendo o último prazo de vencimento alterado para 15 de fevereiro de 2020.

Na data de vencimento do Contrato, o BNDES executou a Fiança Bancária que a Concessionária tinha como garantia do Empréstimo, e em 17 e 18 de fevereiro de 2020 os Fiadores quitaram a dívida da CRO junto ao BNDES. Desta data em diante os fiadores se sub-rogaram no lugar do BNDES como Credores da Concessionária.

Em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças ("Instrumento da Inação"), junto aos Bancos Crédito Agrícola, Itaú BBA, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, qualificados como credores sub-rogados.

CEF – Empréstimo Ponte

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidiram juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. O vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

O prazo original de vencimento na data de 20 de fevereiro de 2017 foi rolado cinco vezes desde 2015 com a CEF, sendo a última data de vigência do Contrato alterada para 20 de maio de 2019.

A Companhia e a CEF não voltaram a assinar um aditivo contratual que renovasse a Dívida, estando o Contrato vencido desde mai/19.

Em âmbos de renegociação e solução da inadimplência presente neste Contrato, a Companhia, a CEF, e os Credores sub-rogadores travaram discussões ao longo de 2022 para assinatura de novo Termo de Inação firmado por todos os Credores da Concessionária.

O saldo atualizado do contrato CEF em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 323.785.

Instrumento de Inação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 17 de fevereiro de 2020, Banco Crédito Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., e ING Bank N.V, em 18 de fevereiro de 2020, o Banco do Brasil S.A., realizaram o pagamento ao BNDES, na qualidade de fiadores e principais pagadores das obrigações decorrentes do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, do valor total correspondente ao valor de principal e juros devidos pela CRO no âmbito do Contrato de Financiamento Ponte BNDES. Em decorrência do pagamento do BNDES, os Credores e o Banco do Brasil S.A. tornaram credores da CRO para todos os fins de direito.

Em 25 de março de 2020, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Inação, Confissão de Dívida, Sub-rogação e Outras Avenças junto ao Banco Crédito Agricole Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Pine S.A. e ING Bank N.V., com as condições, para: (i) que a participação na Dívida Consolidada aplica ao Banco do Brasil 20,67%, ao Crédito Agricole 20,67%, ao Itaú 14,39%, ao Pine 14,39%, ao ABC 5,08% e ao ING 24,80%; (ii) em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Crédito Agricole, Pine, ABC e ING, atualização pela variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros, denominada Taxa DI, acrescida do percentual de 5,20%; (iii) em relação à Participação na Dívida Consolidada aplicável ao Itaú, atualização pela variação acumulada da Taxa DI, acrescida do percentual de 2,10%; (iv) o montante de 3,5% ao ano do valor de principal da Dívida Consolidada, conforme as Participações aplicáveis a cada Credor; e (v) partes poderão acordar uma extensão do Período de Inação por períodos sucessivos de 3 (três) ou 6 (seis) meses, até o limite de 15 de agosto de 2022, sem necessidade de Aditamento ao Instrumento.

Em maio de 2020, a Companhia obteve junto aos Credores a prorrogação do prazo de vencimento e período de validade ao Instrumento de Inação para 15 de novembro de 2020. Atualmente as partes estão em trâmite, junto à CEF e a Companhia, para formalização de novo Termo de Inação.

O saldo atualizado dos contratos em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 629.289.

II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia não mantém outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

III. grau de subordinação entre as dívidas;

O Contrato de Instrumento de Inação, detém como garantia aos Credores: Alienação Fiduciária das ações da Companhia, Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Projeto, e Cessão Fiduciária dos Mútuos com Partes Relacionadas.

O Contrato de Financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória a Fiança Corporativa da controladora indireta da Companhia – a Odebrecht Transport S.A (“OTP S.A.”), e como garantias reais a Alienação Fiduciária das ações da Companhia e a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios do Projeto, assim, as receitas da empresa serão compartilhadas entre a CEF e os demais Credores, obedecida a proporção dos valores desembolsados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Fiança Corporativa prestada pela OTP S.A. corresponde à 100% (cem por cento) do valor total da dívida atualizada para CEF e Credores sub-rogadores.

IV. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;

De acordo com o Contrato de Instrumento Particular de Compromisso de Inação, celebrado com os Credores, para quitação do contrato Ponte BNDES, a Companhia deverá submeter à aprovação dos Credores (i) alteração do objeto social, (ii) concessão de uso mútuos a sua acionista e partes relacionadas da Companhia, (iii) aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Companhia; (vi) a transferência do controle acionário da Companhia, exceto em caso de transferência para subsidiária integral da Odebrecht Transport S.A.; e (v) a oneração, a qualquer título, de ações de emissão da Companhia, deverão ser mantidas em alienação fiduciária em favor dos Credores e da CEF, nos termos do Contrato de Inação, do Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), e do Empréstimo Ponte CEF.

O Contrato de Empréstimo com a CEF poderá declarar vencimento antecipado caso a Companhia contraia outros empréstimos ponte ou outras formas de endividamento, inclusive dívidas subordinadas, e se o controle acionário, direto ou indireto sofrer modificação, exceto se a Companhia permanecer sobre o controle direto ou indireto da Odebrecht Transport S.A.

A Concessionária também não deve realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, ultrapasse o mínimo legal, sem a prévia e expressa anuência da CEF.

A Companhia tem cumprido com todas as restrições acima descritas.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados;

Todos os recursos captados nos Empréstimos Ponte com BNDES e CEF foram utilizados totalmente nos primeiros anos da Concessão em investimentos no âmbito do PER, como a duplicação dos 117,4 km de pista no Trecho Sul do Sistema Rodoviário, implantação das Praças de Pedágio e Bases de Atendimento ao Usuário, obras de Recuperação, Manutenção, demais obras de Melhoria, entre outros investimentos previstos no Projeto.

A tabela a seguir apresenta os saldos do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Empréstimos e Financiamentos	Moeda	Encargos financeiros anuais	2022	2021	2020
Empréstimo BNDES	R\$	TLP + 2,9%	-	-	-
Empréstimo Caixa Econômica Federal	R\$	TJLP + 3,5%	323.785	333.343	310.002

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Empréstimo Banco ABC Brasil S.A.	R\$	DI + 5,20%	28.068	28.925	30.940
Empréstimo Banco Crédit Agricole Brasil S	R\$	DI + 5,20%	114.295	117.782	125.941
Empréstimo Banco do Brasil	R\$	DI + 5,20%	149.769	139.542	140.944
Empréstimo Banco Itaú S.A.	R\$	DI + 2,10%	78.670	81.877	87.548
Empréstimo Banco Pine S.A.	R\$	DI + 5,20%	79.567	81.994	87.663
Empréstimo ING BANK N. V.	R\$	DI + 5,20%	178.920	166.799	163.321
Custos de captação a amortizar	R\$	-	-	-	(5.287)
			953.074	950.262	941.072

Tabela 3. Relação de Credores e Saldos de Endividamento da CRO. Elaboração própria.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa;

Na Tabela abaixo é demonstrado o Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 e a análise horizontal ("AH") dos exercícios.

Demonstração do Resultado (em milhares de reais, exceto percentuais)

Demonstração do Resultado	2022	2021	2020	AH 2022X2021	AH 2021X2020
Receita líquida	635.296	610.926	525.624	4,0%	16,2%
Custo dos serviços	(382.020)	(379.148)	(258.818)	0,8%	46,5%
Lucro bruto	253.276	231.778	266.806	9,3%	(13,1%)
Despesas Gerais e administrativas	(44.593)	(42.191)	(36.293)	5,7%	16,3%
Outras receitas (despesas), líquidas	881	(3.587)	(3.878)	(124,6%)	(7,5%)
Lucro (prejuízo) operacional	209.564	186.000	226.635	12,7%	(17,9%)
Receitas financeiras	3.914	3.722	2.534	5,2%	46,9%
Despesas financeiras	(140.137)	(140.228)	(175.114)	(0,1%)	(19,9%)
Resultado financeiro, líquido	(136.223)	(136.506)	(172.580)	(0,2%)	(20,9%)
Lucro antes do IR e CSLL	73.341	49.494	54.055	48,2%	(8,4%)
IR e CSLL corrente	(6.876)	(6.254)	(3.619)	9,9%	72,8%
IR e CSLL diferido	(3.431)	1.605	(2.481)	(313,8%)	(164,7%)
Lucro (prejuízo) do exercício	63.034	44.845	47.955	40,6%	(6,5%)
Lucro (prejuízo) por qtd. Ações (R\$)	161,38	120,20	131,90	34,3%	(8,9%)

Tabela 4. DRE dos últimos três exercícios sociais da CRO. Elaboração própria.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A receita líquida da Companhia aumentou 4,0% em 2022, quando comparada a 2021, passando de R\$ 610.926 para R\$ 635.296, oriundos da arrecadação de pedágio, pelas receitas acessórias e receita de construção, conforme ICPC 01-R1.

Os custos dos serviços da Companhia aumentaram 0,8% em 2022, frente ao ano de 2021, passando de R\$ 379.148 para R\$ 382.020, em função do aumento dos Investimentos na Rodovia, da variação das contas de Materiais e Gastos Gerais devido à correção dos preços pela inflação, e da paralisação na constituição de Provisão de Conserva Especial conforme ICPC-01.

As Receitas Financeiras em 2022 apresentaram um aumento de 5,2%, quando comparado a 2021, em razão de maior rentabilidade das aplicações financeiras em 2022, motivadas pelo aumento do CDI e do excedente de caixa aplicado nos primeiros seis meses de 2022, quando comparado ao ano de 2021.

As Despesas Financeiras foram impactadas na conta de "Juros sobre Empréstimo" devido ao aumento do DI médio de 2021 (4,66% a.a.) para 2022 (12,70% a.a.), resultando o aumento de R\$ 61.545 nesta conta. Em contrapartida houve uma equalização na conta de "Juros sobre atraso de pagamento" devido a celebração do Termo de Encerramento do Contrato EPC, celebrado em dezembro de 2013, para fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT. Assim após o encerramento, foi realizado a baixa do saldo contábil em que as partes acordaram em formalizar a rescisão com extinção de direitos e obrigações e outorga de quitação amplas e recíprocas.

A Companhia registrou um lucro societário no exercício 2022 no valor de R\$ 63.034, aumento de 40,6% quando comparado a 2021 em decorrência dos fatores explicados acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Ativo	2022	2021	2020	AH 2022X2021	AH 2021X2020
Caixa e equivalentes de caixa	27.548	76.788	37.550	(64,1%)	104,5%
Contas a receber	28.420	23.640	19.370	20,2%	22,0%
Contas a receber - partes relacionadas	148	-	-	-	-
Tributos a recuperar	3.144	8.929	4.783	(64,8%)	86,7%
Despesas antecipadas	5.658	3.981	5.894	42,1%	(32,5%)
Outros ativos	7.608	5.978	3.031	27,3%	97,2%
Circulante	72.526	119.316	70.628	(39,2%)	68,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.647	30.078	28.473	(11,4%)	5,6%
Contas a receber - partes relacionadas	-	382	382	(100,0%)	-
Despesas antecipadas	-	30	-	(100,0%)	-
Depósitos judiciais	3.251	1.982	1.334	64,0%	48,6%
Tributos a recuperar	2.493	2.303	2.232	8,3%	3,2%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imobilizado	1.529	2.264	2.242	(32,5%)	1,0%
Intangível	2.020.248	1.996.789	1.892.163	1,2%	5,5%
Não circulante	2.054.168	2.033.828	1.926.826	1,0%	5,6%
Total do ativo	2.126.694	2.153.144	1.997.454	(1,2%)	7,8%

Tabela 5. Ativo dos últimos três exercícios sociais da CRO. Elaboração própria.

O Ativo Circulante da Companhia diminuiu 39,2% em 31 de dezembro de 2022, quando comparado a 2021, passando de R\$ 119.316 em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 72.526 em 2022, principalmente em função da queda de saldo nas contas de Caixa e equivalentes de caixa.

Passivo e Patrimônio Líquido	2022	2021	2020	AH 2022X2021	AH 2021X2020
Fornecedores	17.547	18.961	15.781	(7,5%)	20,2%
Fornecedores - partes relacionadas	389	109.595	92.311	(99,6%)	18,7%
Empréstimos e financiamentos	953.074	950.262	941.072	0,3%	1,0%
Arrendamento mercantil operacional	5.244	9.053	8.438	(42,1%)	7,3%
Salários e encargos sociais	12.062	12.572	11.320	(4,1%)	11,1%
Tributos a pagar	8.269	11.178	7.650	(26,0%)	46,1%
Outros passivos	7.004	3.100	7.159	125,9%	(56,7%)
Circulante	1.003.589	1.114.721	1.083.731	(10,0%)	2,9%
Fornecedores	3.979	4.356	2.788	(8,7%)	56,2%
Arrendamento mercantil operacional	5.235	2.795	2.176	87,3%	28,4%
Mútuos - partes relacionadas	456.138	466.190	443.675	(2,2%)	5,1%
Provisão para contingências	2.684	3.235	5.076	(17,0%)	(36,3%)
Provisão de conserva especial	162.746	150.899	105.194	7,9%	43,4%
Outros passivos	2.918	3.553	1.788	(17,9%)	98,7%
Não circulante	633.700	631.028	560.697	0,4%	12,5%
Capital social	392.058	373.082	363.558	5,1%	2,6%
Reserva de incentivo fiscal	39.887	25.554	9.060	56,1%	182,1%
Reserva de lucros	57.460	8.759	(19.592)	556,0%	(144,7%)
Patrimônio Líquido	489.405	407.395	353.026	20,1%	15,4%
Total do Passivo e do PL	2.126.694	2.153.144	1.997.454	(1,2%)	7,8%

Tabela 6. Passivo dos últimos três exercícios sociais da CRO. Elaboração própria.

O Passivo Circulante da Companhia diminuiu 10% em 31 de dezembro de 2022, frente ao saldo de 2021, destaque para valor de empréstimos R\$ 953.074, devido ao encerramento do EPC, ocasionando uma equalização na conta de Juros sobre atraso no pagamento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Passivo Não Circulante da Companhia obteve um aumento de 0,4% em 31 de dezembro de 2022, se mantendo em linha a 2021, passando de R\$ 631.028 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 633.700 mil em 2022, devendo-se ao aumento na Provisão de Conserva Especial, que passou por revisão e congelamento de provisões além das baixas do passivo pelo desembolso financeiro no segundo semestre de 2022. No exercício de 2022 o total de baixas de Conserva Especial foi de R\$ 13.279.

O Patrimônio Líquido da Companhia aumentou 20,1% em 31 de dezembro de 2022, frente a 2021, passando de R\$ 407.395 para R\$ 489.405, tal variação deve-se a (i) compensação dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, (ii) aumento no Capital Social, e (iii) aumento da Reserva de Incentivo Fiscal da qual a Concessionária goza.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações do emissor, em especial;

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita líquida (em milhares de reais, exceto percentuais)

Exercício Social	2022	2021	2020	AH 2022X2021	AH 2021X2020
Receita de construção ICPC 01-R1	153.671	150.453	103.684	2,1%	45,1%
(i) Receitas em numerário	97.695	121.598	132.844	(19,7%)	(8,5%)
(ii) Receitas de AVI ¹	344.167	307.747	253.857	11,8%	21,2%
(iii) Receitas de vale pedágio	77.838	67.585	68.662	15,2%	(1,6%)
Receitas acessórias	5.384	5.001	4.922	7,7%	1,6%
Receita de Operação (i + ii + iii + iv)	525.084	501.931	460.285	4,6%	9,0%
Receita total	678.755	652.384	563.969	4,0%	15,7%
Tributos sobre serviços de operação	(43.411)	(41.420)	(38.319)	4,8%	8,1%
Outras deduções	(48)	(38)	(26)	26,3%	46,2%
Receita líquida	635.296	610.926	525.624	4,0%	16,2%

A Diretoria informa que a Receita de Operação da Companhia é a soma da Receita de Arrecadação de Pedágio, advinda do reconhecimento do tráfego pedagiado em (i) pistas manuais (Receitas em numerário e Vale Pedágio), (ii) pistas automáticas (Receitas de AVI); e das Receitas Acessórias, oriundas da exploração comercial da Faixa de Domínio do Trecho sob concessão.

A Companhia também reconhece, quando utilizado, receita de subvenção governamental referente ao benefício fiscal da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM") sobre a base fiscal do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encerrou o exercício social com aumento de 2,1% de receita de construção ICPC 01 – Contratos de concessão totalizado em R\$ 153.671, frente ao ano anterior foi de R\$ 150.453, devido a intensificação dos investimentos em Conservação da Rodovia e Segurança Viária realizados pela Companhia, detalhados no item 2.10. Planos de negócio.

No ano de 2022, a Companhia registrou um aumento de 4,6% nas Receitas de Operação, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido ao crescimento do volume de veículos pagantes (VEP).

Adicionalmente, a Receita Líquida em 2022 atingiu R\$ 635.296, crescimento de 4,0%, face ao mesmo período de 2021.

¹ Do inglês *Automatic Vehicle Identification*, receitas de pistas automáticas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2022, o tráfego pagante (VEP) alcançou um total de 109.030 mil eixos, composto de 90% de eixos de veículos pesados e 10% de eixos de veículos leves.

Dentre outros fatores, explica-se o aumento no fluxo de tráfego em 2022 devido, principalmente, ao aumento da produção de Soja, Milho e Algodão no Estado de Mato Grosso, entre as safras de 2020/21 e 2021/22, de 13,3%, 34,6% e 9,3% respectivamente².

Além do aumento de produção agrícola, em 2022 houve quebra de safra de grãos na região Centro-sul do país³. Esse evento fez com que parte da produção de grãos que seria exportada pelo arco norte (Porto de Miritituba) se deslocasse para atender o polo granjeiro na região sul do país, fazendo com que a produção do Estado do Mato Grosso, especialmente da região norte, se desloque para esta região sul gerando maior fluxo nas praças de pedágio do Trecho Sul do trecho sob a responsabilidade da CRO.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação;

Não houve variações relevantes de receitas atribuições a introdução de novos produtos ou serviços, taxas de câmbio e inflação.

Quanto ao volume de demanda, foi mencionado no item anterior o crescimento do tráfego pagante na Trecho sob concessão.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor;

Como mencionado no item 2.1., as Despesas Financeiras foram impactadas devido ao aumento do indexador do Endividamento Financeiro, a Taxa DI, de índice médio de 2021 no valor de 4,66% a.a. para o índice médio de 2022 no valor de 12,70% ao ano.

Além do aumento da Taxa DI, a variação da inflação (IPCA-IBGE, taxa de referência do Contrato de Concessão) no exercício social encerrado em 2022 foi muito abaixo da inflação de 2021 (2022: 5,79%, 2021: 10,06%).

² IMEA (Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária), 06/03/2023.

³ Seab (Secretaria da agricultura e do abastecimento) do estado do Paraná, 24/02/2022.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Diretoria informa que a Companhia possui compromisso de continuamente atuar com transparência e integridade, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas, que zelam pela conduta baseada em princípios e valores éticos, e conta com um sistema de conformidade alinhado com as melhores práticas de mercado desde 2017.

O relatório do auditor independente relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, contém ênfase na incerteza de continuidade operacional, no *impairment* dos Impostos diferidos, e da Relicitação do Contrato de Concessão.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme divulgação das demonstrações financeiras e do parecer de auditoria independente, não houve ressalvas indicadas no relatório de auditoria.

A Diretoria informa, também, que as demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovados pela CVM, e até o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Diretoria informa que não houve modificações nas opiniões e ênfases no relatório do Auditor das demonstrações financeiras da Companhia no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Diretoria informa que não houve introdução ou alienação de segmento operacional que impactassem as demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Diretoria informa que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária que impactassem as demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

c) eventos ou operações não usuais

A Diretoria informa que, ressalvados itens anteriormente mencionados quanto ao aumento no fluxo de tráfego de Veículos, não houve eventos ou operações não usuais que impactassem as demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.5 Medições não contábeis

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
a) Regras sobre retenção de lucros	Regra estatutária: Do resultado do exercício, após as deduções dos prejuízos acumulados e das provisões para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações dos administradores e empregados da Companhia, se e quando deliberado pela Assembleia Geral, nos limites e formas previstos em lei. O saldo, após deduzidas as eventuais participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; (ii) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício; e (iii) a Assembleia Geral Ordinária decidirá o destino remanescente do lucro líquido do exercício, nos termos da lei	Regra estatutária: Do resultado do exercício, após as deduções dos prejuízos acumulados e das provisões para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações dos administradores e empregados da Companhia, se e quando deliberado pela Assembleia Geral, nos limites e formas previstos em lei. O saldo, após deduzidas as eventuais participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; (ii) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício; e (iii) a Assembleia Geral Ordinária decidirá o destino remanescente do lucro líquido do exercício, nos termos da lei	Regra estatutária: Do resultado do exercício, após as deduções dos prejuízos acumulados e das provisões para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações dos administradores e empregados da Companhia, se e quando deliberado pela Assembleia Geral, nos limites e formas previstos em lei. O saldo, após deduzidas as eventuais participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; (ii) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício; e (iii) a Assembleia Geral Ordinária decidirá o destino remanescente do lucro líquido do exercício, nos termos da lei.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Regra estatutária: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo anual mínimo obrigatório é de 25%. Política adotada pela Companhia: Em decorrência da retenção de lucros para absorção de prejuízos anteriores, não houve distribuição de dividendos. A Companhia gerou no exercício de 2022 lucro no valor de R\$ 63.033.973,75 sendo que parte desse lucro foi para Reserva Legal e o restante foi destinado a Reservas de Investimento necessários no plano de investimento da Companhia.	Regra estatutária: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo anual mínimo obrigatório é de 25%. Política adotada pela Companhia: Em decorrência da retenção de lucros para absorção de prejuízos anteriores, não houve distribuição de dividendos. A Companhia gerou no exercício de 2021 lucro no valor de R\$ 44.844.077,33 sendo que parte desse lucro foi para Reserva Legal e o restante para absorver prejuízos acumulados de exercícios anteriores, portanto não haverá distribuição de dividendos.	Regra estatutária: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo anual mínimo obrigatório é de 25%. Política adotada pela Companhia: Em decorrência da retenção de lucros para absorção de prejuízos anteriores, não houve distribuição de dividendos. A Companhia gerou no exercício de 2020 lucro no valor de R\$ 47.954.939,17, sendo que parte desse lucro foi para Reserva Legal e o restante para absorver prejuízos acumulados de exercícios anteriores, portanto não haverá distribuição de dividendos.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários.
d) Eventuais restrições às distribuições de dividendos	Em função da restrição existente no Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças e Outras Avenças a companhia obriga-se a não distribuir quaisquer recursos, ativos, bens, direitos em moeda, obrigações ou títulos e valores mobiliários aos seus respectivos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida	Em função da restrição existente no Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças e Outras Avenças a companhia obriga-se a não distribuir quaisquer recursos, ativos, bens, direitos em moeda, obrigações ou títulos e valores mobiliários aos seus respectivos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida	Em função da restrição existente no Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fianças e Outras Avenças a companhia obriga-se a não distribuir quaisquer recursos, ativos, bens, direitos em moeda, obrigações ou títulos e valores mobiliários aos seus respectivos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida

2.7 Destinação de resultados

	subordinada e/ou resgate e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital.	subordinada e/ou resgate e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital.	subordinada e/ou resgate e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital.
--	--	--	--

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- I. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- II. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- III. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- IV. contratos de construção não terminada, (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Diretoria informa que à Companhia não possui ativos e passivos detidos que não sejam registradas nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Diretoria informa que à Companhia não possui outros itens relevantes que não sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

A Diretoria da Companhia informa que não possui itens relevantes que altere ou venha alterar as receitas e despesas, assim como o resultado operacional que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

A Diretoria da Companhia informa que não possui itens relevantes que altere ou venha alterar a natureza e propósito da operação, assim como o resultado operacional que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

a) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Diretoria da Companhia informa que não possui itens relevantes que altere ou venha alterar a natureza, obrigações e direitos em decorrência da operação, assim como o resultado operacional que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A Diretoria informa que até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia investiu, montante acumulado desde a assinatura do Contrato de Concessão de R\$ 2.305.308, em obras, melhoria em infraestrutura, equipamentos e veículos. Detalhado na Tabela abaixo estão os principais investimentos realizados no ano de 2022.

Os investimentos planejados para 2023 estão condicionados à eficácia de uma das alternativas regulatórias, mencionadas no item 1.1. Histórico do Emissor, ou o TA Relicitação ou o TAC Plano de Ação mediante a Troca de Controle.

Obras continuadas em 2022

- Recuperação da Ponte sobre o Rio Vermelho (BR-163/MT Km 120,9 | BR-364/MT Km 202).
- Reforma da edificação da PRF de São Vicente (BR-163/MT Km 238,2 | BR-364/MT Km 319,3).
- Recuperação estrutural de pavimento com reciclagem de base com adição de 3,5% de cimento incorporando a capa asfáltica nos trechos:
 - Lote 02 entre os Km 425,9 ao Km 428,2 da BR-163/MT (Km 507 ao Km 509,3 da BR-364/MT);
 - Lote 02 entre os Km 450,9 ao Km 455,9 da BR-163/MT (Km 532 ao Km 535,6 da BR-364/MT).
- Recuperação funcional de pavimento:
 - Lote 02 entre os Km 431,9 ao Km 434,2 da BR-163/MT (Km 513 ao Km 515,3 da BR-364/MT);
 - Lote 02 entre os Km 454,5 ao Km 458,8 da BR-163/MT (Km 535,6 ao Km 539,9 da BR-364/MT);
 - Lote 03 entre os Km 515 ao Km 818,1 da BR-163/MT.
- Reforma e ampliação da base operacional SAU 03 (BR-163/MT Km 117,6).
- Reforma e ampliação da base operacional SAU 14 (BR-163/MT Km 640,7).

Obras iniciadas em 2022

- Implantação da passarela em Rondonópolis (BR-163/MT Km 124,7 | BR-364/MT Km 205,8).
- Implantação da rede de drenagem na Gleba do Rio Vermelho (BR-163/MT Km 125,9 ao 126,9 | BR-364/MT Km 207 ao Km 208).

Obras concluídas em 2022

- Projeto na ANTT do Contorno de Rondonópolis.
- Projeto da passarela do Km 124.
- Projeto executivo da recuperação da ponte sobre o Rio Vermelho.
- Recebimento dos Trechos atualmente sob gestão do DNIT no parâmetro de 9 meses;
 - Trecho denominado "Serra da Caixa Furada" (BR-163/MT Km 461,7 ao 507,1).
- Reforma da edificação da PRF de São Vicente (BR-163/MT Km 238,2 | BR-364/MT Km 319,3)
- Recuperação estrutural de pavimento com reciclagem de base com adição de 3,5% de cimento incorporando a capa asfáltica nos trechos:
 - Lote 02 entre os Km 425,9 ao Km 428,2 da BR-163/MT (Km 507 ao Km 509,3 da BR-364/MT);
- Lote 02 entre os Km 450,9 ao Km 455,9 da BR-163/MT (Km 532 ao Km 535,6 da BR-364/MT).
- Recuperação funcional de pavimento:

2.10 Planos de negócios

- Lote 02 entre os Km 431,9 ao Km 434,2 da BR-163/MT (Km 513 ao Km 515,3 da BR-364/MT);
- Lote 02 entre os Km 454,5 ao Km 458,8 da BR-163/MT (Km 535,6 ao Km 539,9 da BR-364/MT);
- Lote 03 entre os Km 515 ao Km 818,1 da BR-163/MT.
- Implantação da rede de drenagem na Gleba do Rio Vermelho (BR-163/MT Km 125,9 ao 126,9 | BR-364/MT Km 207 ao Km208).

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

Em 2022 a Companhia não assinou novos contratos de financiamento, em linha com o acordado em instrumentos assinados com os Credores.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há desinvestimentos relevantes em andamento nem previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

A Companhia não realizou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando:

- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
- (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
- (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;
- (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia não possui projetos dessa natureza em andamento.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia informa que houve, perante seus Credores, renegociação do Serviço da Dívida nos patamares contratuais devido (i) ao aumento da Taxa DI, indexador de correção dos Saldos Devedores; e (ii) antecipação de investimentos de Conservação da Rodovia e Segurança Viária, dentro do planejamento e preparação para a retomada de investimentos em 2023, independentemente da alternativa regulatória a se seguir.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 2 do Formulário de Referência.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

3.2 Acompanhamento das projeções

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

4.1 Descrição dos fatores de risco

Para os fins da seção 4 deste Formulário de Referência, a indicação de que um risco pode ter ou terá um “efeito adverso para nós” ou expressões similares significam que esse risco pode ter ou terá um efeito adverso em nossa participação de mercado, nossa reputação, nossos negócios, nossa situação financeira, no resultado das nossas operações, nossas margens, nosso fluxo de caixa e/ou no preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão.

Riscos adicionais que atualmente consideramos irrelevantes ou que atualmente não são do nosso conhecimento também poderão ter um efeito adverso para nós.

a) com relação à Companhia

A Companhia vem buscando soluções para as inexecuções contratuais no âmbito do Contrato de Concessão 003/2013, através de negociações com o Poder Concedente e busca de Investidores para alienação do controle da Concessionária, além de demais alternativas legais.

A importância dos serviços prestados pela Companhia para o Sistema Rodoviário ressalta a importância da continuidade operacional da Concessionária, passo que os recursos provenientes da sua operação são controlados rigorosamente para manutenção do alto nível de serviço.

A Administração da Companhia reitera sua confiança no projeto para o devido endereçamento regulatório e legal de seus passivos, conforme mencionado no item 1.1 Breve Histórico do Emissor.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia está ou poderá ser envolvida em processos judiciais ou administrativos de natureza fiscal, cível, trabalhista ou regulatória no curso de seus negócios, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos seus interesses e que, eventualmente, alcancem valores acima do montante provisionado ou impeçam a realização de seus projetos, conforme inicialmente planejados, poderão afetar adversamente os seus negócios e seus resultados financeiro e operacional. Para mais informações acerca dos processos judiciais ou administrativos promovidos contra a Companhia, consulte o item 4.3 deste Formulário de Referência.

Em 07 de Agosto de 2019, O tribunal de Justiça do Distrito Federal concedeu decisão liminar, em ação cautelar proposta pela Companhia, proibindo que a ANTT aplique penalidades contratuais, imponha desconto tarifários que tenha efeitos punitivos, ou ainda que execute a garantia em desfavor da Concessionária, bem como sejam mantidas as condições tarifária vigentes, até que seja concluído o pedido administrativo de Revisão Contratual Periódica (Quinquenal), ou até a liberação no processo arbitral sobre o tema.

Em 11 de maio de 2020, a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, proferiu a Ordem Processual n.º 6, por meio do qual foi mantida a ordem liminar concedida judicialmente,

4.1 Descrição dos fatores de risco

de manutenção do patamar tarifário praticado pela CRO. Atualmente o processo arbitral, encontra-se na Ordem Processual n.º 23, fase de produção de provas, sendo abordados nas Perícias i) econômico e financeira; ii) ambiental; iii) avaliação de imóveis; iv) engenharia de rodovias.

Em 09 de dezembro de 2020, a 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão com base no poder geral de cautela, em ação cautelar proposta pela Companhia, suspendendo a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro 2020.

Em 02 de março de 2021, a 5ª Vara Federal de Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu decisão liminar confirmando a cautelar concedida em dezembro de 2020, com base nas provas apresentadas e após a manifestação da União e ANTT. Essa liminar suspendeu a redução tarifária determinada por meio de decisão cautelar proferida no âmbito do Tribunal de Contas da União na sessão plenária de julgamento do dia 02 de dezembro de 2020.

Em 26 de Fevereiro de 2021, a ANTT protocolou Agravo de Instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com pedido liminar requerida no agravo foi indeferida. A decisão judicial de 02 de março de 2021, permanece vigente até que seja concluído o devido processo administrativo junto à ANTT.

Adicionalmente, a Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações prevista no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo junto ao BNDES, previsto inicialmente no plano de negócios da Companhia. A administração da Companhia entende que as penalidades, se impostas ou confirmadas no âmbito administrativo podem vir a ser objeto de discussão na esfera judicial envolvendo, inclusive o painel arbitral já instaurado.

Como parte das tratativas da Companhia junto à ANTT para retomada dos investimentos contratuais, houve protocolo de proposta de TAC, em 31 de março de 2021, dentro do qual há a expectativa de formalização de acordo para solução dos passivos administrativos em aberto, de forma a minimizar as incertezas envolvidas.

Como ainda não houve a celebração das propostas de TAC com a consequente troca de controle, a ANTT instaurou o processo administrativo de Caducidade em face da CRO em 21 de outubro de 2021.

Em 09 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou a resposta ao processo de Caducidade e encaminhou o requerimento junto à ANTT manifestando a intenção de aderir ao Processo de Relicitação do Contrato de Concessão, em observância aos requisitos da Lei nº 13.448/2017. Tendo em vista que tal requerimento se torna válido com assinatura do Termo Aditivo de relicitação, a conclusão deste processo dependerá de análise pela agência reguladora e de procedimento de qualificação perante o Programa de

4.1 Descrição dos fatores de risco

Parceria de Investimento (PPI), a ser posteriormente deferido pelo Presidente da República, e finalmente, objeto de assinatura do Termo Aditivo.

Desta forma, com o acima exposto, ainda não há como determinar o montante no qual a Companhia será afetada pelos resultados das discussões envolvidas nos autos de inflação e por quaisquer de seus desdobramentos em outras instâncias e, conseqüentemente, se suas demonstrações financeiras serão impactadas.

O término antecipado da concessão pode comprometer a capacidade da Companhia de honrar suas dívidas e obrigações.

O descumprimento, total ou parcial, das obrigações contidas no Contrato de Concessão ou da legislação aplicável poderá gerar a caducidade da concessão, ou seja, a Concessão poderá ser extinta por decreto do Poder Concedente após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência.

A declaração da caducidade ocorre independentemente de indenização prévia, havendo indenização de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, sendo que, neste caso, o valor de eventuais indenizações devidas pelo Poder Concedente pode ser reduzido ou inexistir em razão do desconto do valor das multas contratuais ou de eventuais danos causados pela Companhia. Além disso, tal processo de indenização demanda tempo e a Companhia não pode garantir que a indenização devida pelo Poder Concedente seja suficiente para compensar os investimentos não amortizados realizados durante o prazo da concessão.

Adicionalmente, a Concessão poderá ser extinta antecipadamente por meio de (i) rescisão ou término unilateral em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo contrato de concessão; (ii) encampação, por motivos de interesse público; (iii) anulação; (iv) falência ou extinção da Companhia; e (v) caducidade.

O parágrafo 6º, do artigo 38, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("Lei de Concessões"), dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará, para o Poder Concedente, qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária.

Ademais, não há garantia de que as obrigações existentes serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão administrada pela Companhia, ela será capaz de honrar suas dívidas e obrigações previamente assumidas, o que poderia impactar de forma adversa e relevante os seus negócios e seus resultados financeiro e operacional.

b) com relação aos seus acionistas, controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não possui fator relevante de risco relacionado ao seu acionista.

c) com relação a suas controladas e coligadas

A Companhia não possui controladas ou coligadas.

d) com relação aos seus administradores

A Companhia não possui fator relevante de risco relacionado aos seus Administradores.

e) com relação a seus fornecedores

Custos maiores do que os estimados e atrasos nos cronogramas de implantação de projetos podem afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

A capacidade de concluir adequadamente os projetos em andamento ou futuros que possam ser exigidos pelo contrato de concessão está sujeita, entre outros fatores, ao custo de mão de obra e matéria-prima, devido a mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociação, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, negociações com o poder público e riscos políticos, obtenção de licenças ambientais, processos de desapropriação, interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis.

Esses fatores podem aumentar significativamente os custos de construção, operação e manutenção dos projetos da Companhia, afetando seu fluxo de caixa, gerando atrasos nas obras previstas e consequentemente impactando de forma relevante e adversa os seus negócios e seus resultados financeiro e operacional. Poderá também ser aplicada multas administrativas em virtude dos descumprimentos ou atrasos no cumprimento das obrigações e prazos dispostos no Contrato de Concessão.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à terceirização de parte de suas atividades.

Atualmente, a Companhia terceiriza parte de suas atividades mediante a contratação de prestadores de serviço. A Companhia está sujeita à rescisão ou não renovação desses contratos de prestação de serviços, podendo não ser capaz de contratar, a tempo e com preços similares, prestadores de serviço igualmente qualificados.

Ademais, poderá responder solidária ou subsidiariamente por eventuais débitos trabalhistas, fiscais e previdenciários relacionados aos terceiros subcontratados. A Companhia não pode garantir que os trabalhadores terceirizados não ingressarão com reclamações trabalhistas pleiteando o vínculo de trabalho com a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, ainda que ela estabeleça rígidos controles de qualidade nos contratos firmados com os prestadores de serviços, a falha ou descontinuidade destes serviços pelos terceirizados pode impactar a qualidade e continuidade das atividades da Companhia. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses pode afetar de forma relevante e adversamente os seus negócios e seus resultados financeiro e operacional.

f) com relação a seus clientes

A Companhia está exposta aos riscos relacionados ao volume de tráfego na sua arrecadação de Receita de Pedágio.

No momento, praticamente todas as receitas da Companhia são oriundas de pedágios e, portanto, são afetadas por mudanças no volume de tráfego. Volumes de tráfego estão condicionados a diversos fatores, tais como:

- qualidade, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas fora da malha viária da Companhia;
- qualidade e estado de conservação das nossas rodovias;
- preço dos combustíveis;
- normas ambientais, incluindo medidas de restrição do uso de veículos automotivos visando reduzir a poluição do ar;
- existência de concorrência de outros meios de transporte e as mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, socioculturais e climáticos; e
- desempenho do agronegócio no Estado de Mato Grosso.

A Companhia não pode garantir que será capaz de adaptar suas operações em resposta a mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar negativamente seu negócio e sua condição financeira.

g) com relação aos setores de atuação

A redução no tráfego de veículos em decorrência de mudanças adversas nas condições econômicas e socioculturais ou do aumento do preço dos combustíveis afetaria adversamente os negócios, a condição econômico-financeira e o resultado operacional da Companhia.

A redução do tráfego pode decorrer da desaceleração da atividade econômica, principalmente do agronegócio de Mato Grosso, da inflação, do aumento do preço dos combustíveis, dentre outros. Ressalte-se, também, que tal efeito pode estar diretamente relacionado às circunstâncias pessoais dos usuários das rodovias ou indiretamente relacionado a uma retração da economia em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais e de passeio.

O nível de tráfego na rodovia também é influenciado por sua integração com outras partes dos sistemas de rodovias federais e estaduais, bem como com outras malhas rodoviárias que não estão sob a

4.1 Descrição dos fatores de risco

administração ou controle da Companhia. A redução do tráfego, seja pelo fraco desempenho da economia, seja pelo aumento de preço dos combustíveis, ou ainda por outro fator, poderão afetar adversamente os negócios, a condição financeira e o resultado operacional da Companhia.

A concorrência com rodovias próximas e o desenvolvimento de outros sistemas de transporte podem afetar as receitas da Companhia.

Atualmente, a Companhia não possui, na maior parte de suas áreas de operação, concorrentes diretos. Contudo, está sujeita à competição de outros modais de transporte para o escoamento de grãos da região, como o ferroviário, podendo a implementação de ferrovias paralelas à rodovia afetar o tráfego nas vias pedagiadas da Companhia e, consequentemente, reduzir sua receita operacional.

As operações da Companhia estão localizadas no Brasil, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o governo brasileiro pode vir a adotar no futuro e tampouco pode prevêê-las. Assim, seus negócios, condição financeira e resultados podem ser afetados por intervenções governamentais, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- Aumento na taxa de inflação;
- Controles cambiais e restrições à remessa para o exterior, como os que foram impostos no Brasil em 1989 e no início de 1990;
- Variações cambiais;
- Ausência de crescimento econômico interno;
- Instabilidade social;
- Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- Política monetária;
- Aumentos nas taxas de juros;
- Instabilidade de preços, especialmente de combustíveis;
- Controles sobre importação e exportação;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária;
- Pandemias ou endemias, tais como a COVID-19 decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em janeiro de 2020;
- Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil, ou que o afetem.

Medidas governamentais para tentar controlar movimentos econômicos, como por exemplo o aumento da taxa básica de juros, bem como a especulação sobre eventuais futuros atos do governo, ou ainda, crises políticas, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e, consequentemente, sua

4.1 Descrição dos fatores de risco

desaceleração, podendo levar a uma maior volatilidade no mercado financeiro e/ou de capitais doméstico. A ocorrência de qualquer uma dessas hipóteses pode afetar adversamente os seus negócios e seus resultados financeiro e operacional.

h) com relação à regulação do setor de atuação

A Companhia atua em um ambiente altamente regulado e seu resultado operacional pode ser afetado adversamente por medidas governamentais, tendo o Poder Concedente, inclusive, poder discricionário para determinar os termos e condições aplicáveis à concessão, impondo à Companhia aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas.

A atividade da Companhia, exploração de malha rodoviária, é um serviço público delegado à iniciativa privada por meio de um contrato de concessão firmado com o Poder Concedente. Assim, a Companhia está sujeita a um ambiente altamente regulado. Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos por leis brasileiras, que conferem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, os termos e condições da Concessão.

Caso a Companhia tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no Contrato de Concessão ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais do Poder Concedente, nas hipóteses previstas na legislação, sua condição financeira e seu resultado operacional podem ser afetados adversamente.

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar quais serão as ações futuras tomadas pelo Governo e em que medidas tais ações poderão afetar seu resultado operacional. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diversa daquela estabelecida em seu plano de negócio, seu resultado operacional poderá ser adversamente afetado.

Outrossim, é importante ressaltar que qualquer ação por parte do Poder Concedente não prevista no Contrato de Concessão pode ser pleiteada como reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, onde serão avaliadas as teses jurídicas que comprovem ou não o direito lesado da Companhia.

Os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gerem tempestivamente um aumento do fluxo de caixa da Companhia.

As leis e o contrato de concessão asseguram o direito de ambas as partes (Companhia e Poder Concedente) à preservação do equilíbrio econômico-financeiro, respeitando a alocação de riscos disposta no contrato. Ou seja, em caso de materialização de algum risco alocado ao Poder Concedente, a Companhia terá direito a recomposição do equilíbrio-financeiro, cabendo ao Poder Concedente a definição

4.1 Descrição dos fatores de risco

da forma, podendo ser: (i) modificação do valor da tarifa de pedágio; (ii) pagamento à Concessionária, pelo Poder Concedente, de valor correspondente aos investimentos, custos ou despesas adicionais; (iii) modificação de obrigações contratuais; ou (iv) estabelecimento ou remoção de cabines de bloqueio, bem como alteração da localização de praças de pedágio.

O Contrato de Concessão especifica as tarifas de pedágio que podem ser cobradas e prevê um reajuste periódico dessas tarifas para compensar os efeitos da inflação, além de prever mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro para acomodar alterações imprevistas e subsequentes à assinatura do contrato de concessão.

As tarifas, porém, estão sujeitas à aprovação do Poder Concedente e a Companhia não pode assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável e/ou tempestiva. O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro previsto no Contrato de Concessão pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente.

Além disso, a Companhia não pode assegurar que o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro se concretize em termos satisfatórios. Dessa forma, caso esse não gere, tempestivamente, uma recomposição de fluxo de caixa, os negócios e resultados financeiro e operacional da Companhia podem ser afetados relevante e adversamente.

i) com relação aos países estrangeiros

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui operações no exterior.

j) com relação a questões socioambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de saúde e de segurança que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores despesas com investimentos de capital.

A Companhia está sujeita também à ampla legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, de segurança do trabalho e da saúde ocupacional de seus integrantes. O cumprimento das legislações vigentes é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância ao que preceitua referida legislação. A aprovação de leis e regulamentos referentes à proteção do meio ambiente, à saúde e à segurança dos integrantes e terceirizados pode criar padrões mais rígidos de conduta, acarretando investimentos substanciais por parte da Companhia e causando um efeito material adverso sobre a condição financeira, os negócios e o resultado operacional da Companhia.

Atualmente, a Companhia conta com uma licença de Operação e cinco Licenças de Instalação (LI) para as obras de duplicação da rodovia sob sua responsabilidade. Destes 603,6 km de rodovia, já foram concluídos e entregues 119,4 km, e possuem LI para os outros 484,02 Km. Os demais trechos estão licenciados, mas com obras sob responsabilidade do DNIT, bem como a responsabilidade pelo processo de licenciamento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como eventual impossibilidade de atender as exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia. A inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que a Companhia assumiu por meio de acordos judiciais poderá causar impacto adverso relevante em sua imagem e seu resultado.

Existem, ainda, cláusulas no contrato do empréstimo ponte, adquirido junto a CEF, que preveem a liquidação antecipada do financiamento em caso de inobservância das licenças ambientais previstas na legislação ambiental, o que pode gerar impactos sobre os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

k) com relação a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Acidentes geológicos e mudanças climáticas nas rodovias operadas pela Companhia podem afetar negativamente a sua condição financeira e o seu resultado operacional.

Algumas das áreas por onde passam as rodovias operadas pela Companhia estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, que podem causar deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, podendo provocar a interdição das pistas.

Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução de obras, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas de investimentos da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de adaptar-se de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, os parâmetros de desempenho estipulados no Programa de Exploração da Rodovia – PER (anexo do Contrato de Concessão), poderá sofrer variações e/ou atrasos, consequentemente desconto de reequilíbrio e multas administrativas por parte do Poder Concedente.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Os principais fatores de risco da Companhia, dentre os mencionados anteriormente e na opinião de seus Administradores, são os seguintes (sem ordem de relevância):

- O risco de decisões judiciais favoráveis ou desfavoráveis à Companhia;
- O risco de oscilação da demanda de tráfego de veículos no Sistema Rodoviário sob administração da Concessionária;
- O risco de alterações significativas na regulação do setor em que a Companhia atua;
- O risco de concorrência de modais alternativos (que não ensejem em reequilíbrios econômico-financeiros) ao Sistema Rodoviário sob administração da Concessionária;
- O risco de atrasos no reequilíbrio econômico-financeiro dentro do Contrato de Concessão.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Oscilações relevantes nos indicadores econômicos do Brasil podem afetar significativamente as decisões de investimento da Companhia, seja o indicador de inflação IPCA-IBGE (ou outro indicador que o venha a substituir) aos quais suas Receitas e principais custos estão atrelados, ou também aqueles aos quais os Passivos Onerosos da Companhia estejam indexados.

Exemplos de materialização do risco acima descrito ocorreram no exercício de 2021, na variação acumulada em dezembro de 2021 de 10,06% no IPCA-IBGE, e no exercício de 2022, no aumento da Taxa DI média de 4,66% ao ano (acum. Dez/21) para 12,70% ao ano (acum. Dez/22).

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, os valores divulgados na Tabela abaixo são os fluxos de caixa não descontados contratados expostos no Passivo Circulante e Não-circulante:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Fornecedores	18.961	4.356
Fornecedores - partes relacionadas	109.595	-
Mútuos - partes relacionadas	-	466.190
Empréstimos e financiamentos	950.262	-
Total de Obrigações	1.078.818	470.546

Tabela 1. Saldo em dez/21 das obrigações em aberto no Passivo da CRO. Elaboração própria.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Fornecedores	17.547	3.979
Fornecedores - partes relacionadas	389	-
Mútuos - partes relacionadas	-	456.138
Empréstimos e financiamentos	953.074	-
Total de Obrigações	971.010	460.117

Tabela 2. Saldo em dez/22 das obrigações em aberto no Passivo da CRO. Elaboração própria.

As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas por normas contábeis ou afins, e sim baseadas em uma opção da Administração.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Por advento da honra das fianças bancárias, em fev/2020, os Bancos Crédit Agricole, Itaú BBA, Pine, ABC, ING e o Banco do Brasil, sub-rogaram a Dívida contratada com o BNDES e, qualificados como Credores através do Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal devido, utilizando a Taxa de Depósito Interfinanceiros ("Taxa DI"), em substituição à Taxa de Longo Prazo ("TLP").

Não houve alteração para o empréstimo da CEF, sendo utilizado a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e juros contratuais dispostos no Contrato de Financiamento FINISA – SIAPF nº 445.809-84 assinado em 20 de agosto de 2015.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP e da Taxa DI, principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

I. Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI.

II. Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas abaixo:

Indicador ¹	2023	2024	2025	2026	2027	2028
TJLP	7,2%	6,2%	4,9%	4,7%	4,6%	4,6%
CDI	13,3%	10,6%	9,2%	7,4%	6,3%	6,3%

Tabela 3. Projeção dos indicadores econômicos selecionados para análise. Elaboração própria.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP	5,4%	6,7%	8,0%
CDI	8,9%	11,1%	13,3%

Tabela 4. Média aritmética da projeção de 2023-2028. Elaboração própria.

III. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível 25%	Cenário III Adverso Extremo 50%
Empréstimo ponte CEF	mai/19	Alta TJLP	48.787.310	49.749.682	50.714.591

IV. Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Juros a incorrer

¹ Fonte: Projeção 4intelligence – 31/12/2022.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Instrumento	Vencimento	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Empréstimo ponte CEF	ago/22	Alta CDI	153.460.359	164.988.528	176.363.500

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A política da Companhia é de registrar provisões para contingências legais, com base no julgamento da Administração e no parecer dos advogados, quando o risco de perda for provável.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em processos judiciais e administrativos, cujo montante considerado como probabilidade de perda provável correspondia a R\$ 2.684, sendo em ações de natureza cíveis R\$ 2.531, trabalhistas de R\$ 153.

Os processos que, individualmente, podem causar um desembolso remoto equivale um saldo de R\$ 2.048, ou por envolverem matérias que, caso decididas desfavoravelmente à Companhia, podem impactar negativamente suas operações ou imagem, são considerados relevantes para seus negócios e, portanto, foram descritos abaixo.

I. Contingências Trabalhistas

Não há contingências trabalhistas relevantes a se destacar.

II. Contingências Cíveis

Apresentamos abaixo a descrição do processo considerado individualmente relevante para os negócios da Companhia na avaliação da sua Administração:

Processo nº 1068344-35.2020.4.01.3400	
Juízo	5ª Vara Federal Cível da SJDF
Instância	Judicial
Data de instauração	04/12/2020
Partes no processo	Autor: Concessionária Rota do Oeste S.A. Ré: União Federal, Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000.000,00
Principais fatos	Tutela antecipada em caráter antecipadamente, inaudita altera parte e sem a exigência de caução real ou fidejussória, para suspender os efeitos da decisão cautelar do Tribunal de Contas da União no TC 032.830/2016-5. A decisão liminar foi deferida e atualmente a decisão do TCU está suspensa.
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda	Em razão do momento atual do processo não se recomenda contingenciamento de valores.
Processo arbitral nº 23960/GSS/PFF	
Juízo	Corte Internacional De Arbitragem - Câmara De Comércio Internacional – CCI
Instância	Administrativa
Data de instauração	4 de setembro de 2019

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Partes no processo	Autor: Concessionária Rota do Oeste S.A. Ré: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.230.517.929,63 (real mai/12)
Principais fatos	Atualmente o processo está em fase de perícia e a instrução segue conforme determinação do Tribunal arbitral.
Chance de êxito	Remoto
Análise do impacto em caso de êxito	Em razão do momento atual do processo não se recomenda contingenciamento de valores.
Processo nº TC 032.830/2016-5	
Juízo	Tribunal de Contas da União
Instância	Administrativa
Data de instauração	21 de dezembro de 2016
Partes no processo	Autor: Equipe de Fiscalização Tribunal de Contas da União – TCU Ré: Concessionária Rota do Oeste S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não há
Principais fatos	Representação instaurada para apurar possíveis irregularidades ocorridas na ANTT, relacionadas a inclusão de novas obras e serviços no contrato de concessão da BR-163/MT. A liminar concedida no processo foi suspensa pelo Processo n. 1068344-35.2020.4.01.3400, em tramitação na 5ª Vara Federal Cível da SJDF. O processo foi remetido para nova instrução e análise das manifestações dos envolvidos.
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda	Em razão do momento atual do processo não se recomenda contingenciamento de valores.
Processo nº TC 034.032/2017-7	
Juízo	Tribunal de Contas da União
Instância	Administrativa
Data de instauração	08 de novembro de 2017
Partes no processo	Autor: Representação parlamentar Tribunal de Contas da União Ré: Concessionária Rota do Oeste S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Não há
Principais fatos	Representação movida pelo ex-deputado Nilson Leitão, que tem por objetivo apurar possíveis irregularidades no contrato e na administração da Concessão da BR 163/MT. Processo possui acórdão atualmente suspenso em razão da propositura de recurso de reexame protocolado pela CRO.
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda	Em razão do momento atual do processo não se recomenda contingenciamento de valores.

III. Contingências Ambientais

Apresentamos abaixo a descrição do processo considerado individualmente relevante para os negócios da Companhia na avaliação da sua Administração:

Auto de Infração nº 0389

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Juízo	Secretaria de Meio Ambiente de Rondonópolis / MT - SEMA
Instância	Primeira
Data de instauração	12 de abril de 2016
Partes no processo	Autor: SEMA Ré: Concessionária Rota do Oeste S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.500.000,00
Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado em razão de constatação de deposição irregular de resíduos de asfalto. Protocolo de defesa administrativa. Aguardando apreciação para revisão da multa aplicada.
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda	Em razão do momento atual do processo não se recomenda contingenciamento de valores.

IV. Contingências Tributárias

Na presente data, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza tributária (i) cuja probabilidade de perda seja considerada como provável e, portanto, não há provisão de valores para processos tributários; e (ii) que sejam, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, considerados relevantes para os seus negócios.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Considerando que os processos inseridos no item 4.4 cuja probabilidade de perda seja remota para Companhia, não foram registrados provisão para contingência no Balanço Patrimonial.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 deste relatório.

4.7 Outras contingências relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui processos reconhecidos como Outras Contingências, portanto, não foram registradas outras contingências no Balanço Patrimonial.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

5.2 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

c) como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes durante avaliação de seus trabalhos não identificaram nenhuma deficiência de controle interno que pudesse ser considerada significativas e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base no Relatório do Auditor Independente, consideramos que os critérios e premissas adotadas fornecem conforto razoável em relação a confiabilidade no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme Relatório do Auditor Independente, não foram identificadas deficiências relevantes ou críticas nos controles internos da Companhia.

5.3 Programa de integridade

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

A emissora possui, dentro do seu programa de conformidade, um conjunto de políticas e normativos endereçando diversos temas como Anticorrupção, Brindes/presentes/entretenimento/hospitalidade, Relacionamento com Agentes Públicos, Remuneração de integrantes, Compras e Contratações, Viagens/deslocamentos/refeições, Recrutamento e Seleção, Análise Reputacional, Segurança da Informação, Medidas Disciplinares, Ambiente de Trabalho, Conflito de Interesses, Alçadas de Pagamento/Reembolso de Despesas e Adiantamento a Integrantes, Concorrencial, Doações e Patrocínios, Fechamento Contábil. Esses normativos são revisados periodicamente em função dos riscos mapeados e aprimoramento do seu ambiente de controle advindas, dentre outras das recomendações resultantes de processos investigativos originados através de relatos recebidos através da Linha de Ética.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:

As ações de consolidação e desenvolvimento do programa de conformidade são conduzidas por colaborador dedicado, com reporte direto ao Conselho de Administração da emissora e apoio do responsável de conformidade do acionista controlador.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

A emissora possui um código de ética e conduta. O documento é amplamente comunicado a todos os integrantes e seus terceiros.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;

Todos os integrantes da emissora são capacitados quando iniciam as atividades laborais. Mensalmente os integrantes são informados por meio de comunicados e/ou treinamentos sobre temas constantes na política de conformidade

5.3 Programa de integridade

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;

A previsão de sanções aplicáveis aos integrantes da emissora encontra-se definida na normativa de Medidas disciplinares, sendo estas aplicadas conforme gravidade da violação, podendo variar entre feedback, advertência verbal, advertência escrita, suspensão ou demissão com ou sem justa causa.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;

A atualização da Política de Conformidade e do código de ética e conduta da emissora foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05/2021, estando tais documentos disponíveis na seção do canal de ética no site da emissora, e na rede pública corporativa com fácil acesso por todos os integrantes.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;

O sistema de recebimento de denúncias é gerenciado por empresa terceirizada especializada e independente, visando garantir o anonimato e sigilo.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;

O canal está aberto e disponível 24h, 7 dias por semana para o recebimento de denúncias de terceiros e Integrantes/ empregados, podendo serem feitas por contato telefônico ou pela seção da linha de ética disponível no site da emissora.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;

Sim. Conforme descrito acima, a Linha de Ética é gerenciada por empresa terceirizada cujo sistema impede a identificação de denunciante anônimo. Além disso, a diretrizes acerca da proibição de retaliação à denunciantes é expressamente indicada na Política de Conformidade, Código de Ética e Conduta e Instrução Normativa sobre Gestão do Canal de Ética da emissora.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias;

O responsável pela apuração é R/Conformidade da emissora. Todos os relatos são apresentados ao comitê de ética da emissora para acompanhamento e, conforme o caso, deliberação.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas:

Sim. A emissora possui Instrução Normativa de análise reputacional de terceiros e realiza referido procedimento em suas contratações com fornecedores e outros terceiros.

5.3 Programa de integridade

- d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido:**

Sobre o tema a emissora possui Instrução Normativa com diretrizes Anticorrupção e Suborno além de documento que contempla orientações acerca da interação com Agentes Públicos.

5.4 Alterações significativas

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 5 do Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.						
17.816.442/0001-03	Brasil	Sim	Sim	28/12/2023		
Não	Wener Kesley dos Santos		Física	953.137.881-91		
1.521.810.532	100,000	0	0,000	1.521.810.532	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	1,521,810,532	100.000	100.000	100.000		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.521.810.532	100,000	0	0,000	1.521.810.532	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A.				17.816.442/0001-03		
ESTADO DE MATO GROSSO						
03.507.415/0001-44	Brasil	Sim	Sim	28/12/2023		
Não	ESTADO DE MATO GROSSO		Jurídica	03.507.415/0001-44		
1.521.810.532	100,000	0	0,000	1.521.810.532	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	1,521,810,532	100.000	100.000	100.000		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.521.810.532	100,000	0	0,000	1.521.810.532	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ESTADO DE MATO GROSSO				03.507.415/0001-44		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/12/2023
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 6 do Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	7	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	5
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	0	0	0	0	0	7

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome: Guilherme Rehder Quintella CPF: 030.249.058-20 Profissão: Economista Data de Nascimento: 11/02/1961

Experiência Profissional:

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/05/2023	02/05/2025	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS CPF: 459.977.991-15 Profissão: Administrador Data de Nascimento: 19/06/1968

Experiência Profissional: José Aparecido dos Santos é empresário e político brasileiro, filiado ao Partido da República (PR). Foi prefeito de Nova Marilândia (MT) entre 1993 e 1996 e entre 2001 e 2008. Presidiu a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) nos biênios 2005/2006 e 2007/2008. Nas eleições de 2010, foi eleito primeiro suplente de Blairo Maggi ao Senado Federal. Assumiu o cargo em diversas oportunidades, sendo a ultima em virtude da nomeação de Maggi para ocupar o Ministério da Agricultura do governo Michel Temer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/05/2023	02/05/2025	Presidente do Conselho de Administração		02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: Luciano Uchoa Carneiro da Cunha **CPF:** 022.619.034-05 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 20/07/1976

Experiência Profissional: Mais de 20 anos de experiência com orçamentação, planejamento e análise de viabilidade técnico-econômica de projetos (CAPEX e OPEX), gerenciamento de obras de construção pesada: rodovias, obras de infraestrutura urbana, projetos de mineração e obras industriais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/05/2023	02/05/2025	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores		02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: LUIZ CARLOS MOREIRA LIMA **CPF:** 054.371.678-30 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 28/10/1964

Experiência Profissional:

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/05/2023	02/05/2025	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA **CPF:** 161.913.661-91 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 25/01/1956

Experiência Profissional: Atual Secretário De Estado De Infraestrutura E Logística De Mato Grosso (SINFRA-MT).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/05/2023	02/05/2025	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: ROGÉRIO LUIZ GALLO **CPF:** 531.308.471-20 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 15/09/1976

Experiência Profissional: Rogério Gallo é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pós-graduado em Direito Tributário pela UFMT e em Direito Público pela Unirondon. É também mestre em Direito Ambiental pela UFMT. Desde 2002 é procurador do Estado de Mato Grosso. De 2013 a 2016 atuou como Procurador Geral do Município de Cuiabá. Entre 2015 e 2016 exerceu interinamente, em diversas ocasiões, o cargo de prefeito de Cuiabá. De 15 de janeiro de 2017 a 15 janeiro de 2018 atuou como procurador geral do Estado. Foi conselheiro da secção de Mato Grosso da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-MT. Atuou como secretário de Fazenda em 2018 e permaneceu no cargo durante o mandato governador Mauro Mendes até abril de 2022, quando se tornou secretário-chefe da Casa Civil, retornando à Sefaz em dezembro.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/05/2023	02/05/2025	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2023	Sim	02/05/2023

Nome: WILSON FERREIRA MEDEIROS **CPF:** 069.146.617-31 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 29/09/1975

Experiência Profissional: Possui 25 anos de experiência com gestão de operações em Concessões Rodoviárias.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/05/2023	02/05/2025	Outros Diretores	Diretor Estatutário de Operações	02/05/2023	Sim	02/05/2023

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não apresenta membros de comitês estatutários, assim como comitês de auditoria, de risco, financeiro, e de remuneração.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

7.8 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 7 do Formulário de Referência.

8.1 Política ou prática de remuneração

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	3,00		4,00
Nº de membros remunerados	1,00	3,00		4,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000,00	2.305.850,15		2.425.850,15
Benefícios direto e indireto	864,24	193.083,56		193.947,80
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	24.000,00	926.363,55		950.363,55
Descrição de outras remunerações fixas	O valor na linha "outros" refere-se à Encargos	O valor na linha "outros" refere-se à Encargos		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.325.967,60		2.325.967,60
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	144.864,24	5.751.264,86		5.896.129,10

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	3,00		4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	120.000,00	2.299.037,00		2.419.037,00
Benefícios direto e indireto	0,00	404.374,23		404.374,23
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	566.682,22		566.682,22
Descrição de outras remunerações fixas		O valor na linha "outros" refere-se à INSS - R\$ 43.590,94		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	120.000,00	3.270.093,45		3.390.093,45

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.231.066,58		3.231.066,58
Benefícios direto e indireto	0,00	64.360,45		64.360,45
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	720.662,48		720.662,48
Descrição de outras remunerações fixas		O valor na linha "outros" refere-se à INSS - R\$ 720.662,48		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	113.663,14		113.663,14
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Não houve remuneração de membros do Conselho Administração da Companhia relativa ao exercício social de 2020.			
Total da remuneração	0,00	4.129.752,65		4.129.752,65

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

A empresa não possui outorga de opção de compra de ações.

8.7 Opções em aberto

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.10 Outorga de ações

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

8.12 Precificação das ações/opções

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.13 Participações detidas por órgão

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.14 Planos de previdência

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria “b”.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Conforme o anexo C da Resolução da CVM N° 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

A Companhia remunerou em 2022 99,6% a membros da Diretoria Estatutária. Não há Conselho Fiscal instaurado na Companhia.

Órgão	2022	2021	2020
Conselho de Administração	0,4%	0,4%	0%
Diretoria estatutária	99,6%	99,6%	100%
Conselho fiscal	0%	0%	0%

8.18 Remuneração - Outras funções

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Todos os membros do Conselho de Administração da Concessionária Rota do Oeste exercem funções executivas em ativos do Grupo Novonor, e por esse motivo não recebem remuneração correspondente as funções exercidas no Conselho de Administração da Companhia.

Exercício social 2022 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2022	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2021 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2021	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2020 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

2020	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/01/2022	01/01/2022	
Descrição dos serviços prestados		
Serviços de auditoria: auditoria das demonstrações contábeis individuais relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, e revisão de informações intermediárias, com base na NBC TR 2410, relativas aos períodos encerrados em 31 de março de 2022, 30 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2022.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Serviços de auditoria – R\$ 217.400,04 (duzentos e dezessete mil, quatrocentos reais e quatro centavos), líquidos de impostos sobre o faturamento.		
Justificativa da substituição		
N/A		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável.		

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

O Auditor que têm relações comerciais e/ou sociais com a CRO são solicitados a aderirem conhecimento na Instrução sobre Conflitos de Interesses na fase de negociação, renovação ou revisão do contrato, projeto, transação ou contratação, ou durante o curso do contrato, projeto, transação ou contratação, que possam revelar quaisquer conflitos de interesses, reais ou potenciais, inclusive os conflitos de seus empregados que ocupam cargos com poder de decisão, e de suas subcontratadas e agentes.

Deverão ainda, permitir que a CRO realize avaliações ou auditorias de conflitos de interesses conforme considerar necessário para proteger seus interesses e preservar a integridade das relações.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 9 do Formulário de Referência.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	13	49	0	0	0
Não-liderança	389	377	0	0	0
TOTAL = 828	402	426	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	1	22	3	36	0	0	0
Não-liderança	4	143	32	572	0	0	15
TOTAL = 828	5	165	35	608	0	0	15

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	6	50	6
Não-liderança	270	459	37
TOTAL = 828	276	509	43

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	62	0	0	0
Não-liderança	0	0	766	0	0	0
TOTAL = 828	0	0	828	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	402	426	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 828	402	426	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	5	165	35	608	0	0	15
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 828	5	165	35	608	0	0	15

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	276	509	43
Sudeste	0	0	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 828	276	509	43

10.1 Descrição dos recursos humanos

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

10.2 Alterações relevantes

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 10 do Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80/2022, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CNO SA	01/03/2014	259.883,84	2.057,08	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum da Odebrecht S.A.					
Objeto contrato	Rateio de despesas de serviços compartilhados (Serviços de apoio com suporte em tecnologia da informação) prestados pela CNO					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Qualquer uma das partes poderá rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, desde que dê ciência da sua intenção com antecedência mínima de 90 dias à outra parte. No caso de deixar de pertencer ao conglomerado empresarial a qual pertence, ficará antecipadamente rescindido o contrato entre as partes.					
Natureza e razão para a operação	Saldo existente a ser utilizado é contratual, não houve movimentação para o exercício.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A.	20/12/2013	2.428.954.082,74	0	N.ão .apl.icá.vel	5 anos	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum da Odebrecht S.A.					
Objeto contrato	Contrato de engenharia celebrado com a Construtora Norberto Odebrecht S.A. que tem como objeto a execução de serviços de projeto, apoio técnico à obra, obras civis, infraestrutura e apoio, fornecimento de serviços, materiais e equipamento, instalação, testes de aceitação das instalações, incluindo a integração de todos os bens e serviços, observadas as disposições do Contrato de Concessão, na modalidade de empreitada integral, por preço global e prazo determinado (turn key lump sum).					
Garantia e seguros	- Seguro de Riscos Engenharia, com limite máximo de indenização no valor de R\$2,9 bilhões, com cobertura para obras civis em construção, instalação e montagem, erro de projeto e obras concluídas, entre outras, em linha com as práticas das concessionárias de rodovias do país; - Seguro Garantia no valor de R\$116.925.811,15 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia br-163/MT.					
Rescisão ou extinção	É hipótese de rescisão automática do contrato na hipótese de extinção do Contrato de Concessão. A Companhia, na qualidade de contratante, poderá rescindir unilateral e imotivadamente o Contrato, desde que comunique por escrito a Odebrecht Engineering International S.A. (“Contratada”) com 30 dias de antecedência, devendo pagar uma multa de 10% do preço global. A Contratada poderá resolver o contrato em caso de atraso de pagamento superior a 90 dias, devendo a Companhia pagar uma multa de 10% do preço global. Qualquer das partes poderá resolver o contrato nos seguintes casos: - Descumprimento de qualquer uma das cláusulas ou obrigações previstas no contrato, desde que precedido de notificação, que tenha conferido ao inadimplente o prazo de 30 dias para regularização e inequívoca comprovação do cumprimento; - Decretação de falência ou requerimento de falência, recuperação, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; - Decorrência de inadimplemento ocasionado por caso fortuito ou força maior; - Decorrência de decisão judicial ou administrativa exarada pelo Poder Público, que acabe por paralisar as obras por prazo superior a 180 dias.					
Natureza e razão para a operação	Saldo existente a ser utilizado é contratual, não houve movimentação para o exercício.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor					

Posição Contratual						
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A.	20/12/2013	71.402.036,89	0	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum da Odebrecht S.A.					

Objeto contrato	Aditamento para execução das Obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT					

Garantia e seguros	Não há.					

Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser resilido unilateralmente por qualquer das partes, a qualquer tempo, independentemente de motivo e sem quaisquer penalidades, mediante o envio de denúncia notificada a outra parte, com antecedência mínima de 30 dias.					

Natureza e razão para a operação	Saldo existente a ser utilizado é contratual, não houve movimentação para o exercício.					

Posição contratual do emissor	Credor					

Posição Contratual						
Odebrecht Rodovias S.A	30/12/2015	141.402.059,05	234.459.796,31	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	25,000000
Relação com o emissor	Acionista controladora da Companhia.					

Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovias					

Garantia e seguros	Não há					

Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser antecipadamente terminado pelas partes, independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) rescisão no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato que não seja sanado no prazo de 5 dias corridos do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) distrato mediante acordo escrito formalizado entre as partes.					

Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					

Posição contratual do emissor	Devedor					

Posição Contratual						
Odebrecht Rodovias S.A	23/02/2016	19.101.563,01	30.023.527,70	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	25,000000
Relação com o emissor	Acionista controladora da Companhia.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovias					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser antecipadamente terminado pelas partes, independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) rescisão no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato que não seja sanado no prazo de 5 dias corridos do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) distrato mediante acordo escrito formalizado entre as partes.					
Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Odebrecht Rodovias S.A	14/03/2016	15.085.777,73	23.486.700,87	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	25,000000
Relação com o emissor	Acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovias					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser antecipadamente terminado pelas partes, independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) rescisão no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato que não seja sanado no prazo de 5 dias corridos do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) distrato mediante acordo escrito formalizado entre as partes.					
Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Odebrecht Rodovias S.A	28/03/2016	20.105.250,99	31.131.038,53	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	25,000000
Relação com o emissor	Acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovias					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser antecipadamente terminado pelas partes, independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) rescisão no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato que não seja sanado no prazo de 5 dias corridos do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) distrato mediante acordo escrito formalizado entre as partes.					
Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor					

Especificação Posição Contratual						
Odebrecht Rodovias S.A	08/07/2016	20.221.935,74	29.705.806,45	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	25,000000
Relação com o emissor	Acionista controladora da Companhia.					

Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovias					

Garantia e seguros	Não há					

Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser antecipadamente terminado pelas partes, independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) rescisão no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato que não seja sanado no prazo de 5 dias corridos do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) distrato mediante acordo escrito formalizado entre as partes.					

Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					

Posição contratual do emissor	Devedor					

Especificação Posição Contratual						
Odebrecht Rodovias S.A	06/06/2019	12.353.370,12	13.251.327,37	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	25,000000
Relação com o emissor	Acionista controladora da Companhia.					

Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovias					

Garantia e seguros	Não há					

Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser antecipadamente terminado pelas partes, independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) rescisão no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato que não seja sanado no prazo de 5 dias corridos do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) distrato mediante acordo escrito formalizado entre as partes.					

Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					

Posição contratual do emissor	Devedor					

Especificação Posição Contratual						
Odebrecht Rodovias S.A	18/06/2019	24.706.740,24	26.417.900,38	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	25,000000
Relação com o emissor	Acionista controladora da Companhia.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Rodovias					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser antecipadamente terminado pelas partes, independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) rescisão no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato que não seja sanado no prazo de 5 dias corridos do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) distrato mediante acordo escrito formalizado entre as partes.					
Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Odebrecht Rodovias S.A	01/09/2021	11.213.480,01	259.644,96	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Acionista controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Acordo de Rateio de Despesas de serviços compartilhados dos serviços prestados pela "Rota+" de Pessoal, Suprimentos, Tesouraria, Contabilidade, Fiscal e Sustentabilidade.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Qualquer uma das Investidas poderá retirar-se, a seu exclusivo critério, desde que dê ciência da sua intenção à Rota+ com antecedência mínima de 90 dias.					
Natureza e razão para a operação	As partes integram o mesmo grupo econômico e estão sob controle comum, ainda que indireto, da Odebrecth Transport S.A. As partes incorrem em despesas com similaridade ou complementaridade de natureza das operações. A Rota+ é a empresa que dispõe de estrutura organizacional para atuar em negócios e operações, em geral, contando com pessoal especializado, e com prestadores de serviço terceirizados, cujos benefícios aproveitem às demais empresas. Do ponto de vista da racionalidade organizacional e sob o princípio da economia de escala, a superposição de estruturas operacionais e administrativas v					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Odebrecht Serviços e Participações S.A.	17/07/2015	72.000.000,00	0	N.ão .apl.icá.vel	16/07/2019	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum da Odebrecht S.A.					
Objeto contrato	Locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT.					
Garantia e seguros	Não há garantias previstas neste contrato					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	É hipótese de rescisão automática do contrato na hipótese de extinção do Contrato de Concessão. A Companhia, na qualidade de contratante, poderá rescindir unilateral e imotivadamente o Contrato, desde que comunique por escrito a Odebrecht Engineering International S.A. ("Contratada") com 30 dias de antecedência, devendo pagar uma multa de 10% do preço global. A Contratada poderá resolver o contrato em caso de atraso de pagamento superior a 90 dias, devendo a Companhia pagar uma multa de 10% do preço global. Qualquer das partes poderá resolver o contrato nos seguintes casos: - Descumprimento de qualquer uma das cláusulas ou obrigações previstas no contrato, desde que precedido de notificação, que tenha conferido ao inadimplente o prazo de 30 dias para regularização e inequívoca comprovação do cumprimento; - Decretação de falência ou requerimento de falência, recuperação, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial; - Decorrência de inadimplemento ocasionado por caso fortuito ou força maior; - Decorrência de decisão judicial ou administrativa exarada pelo Poder Público, que acabe por paralisar as obras por prazo superior a 180 dias.					
Natureza e razão para a operação	Saldo existente a ser utilizado é contratual, não houve movimentação para o exercício.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Odebrecht Transport S.A.	24/06/2016	37.424.544,03	67.662.315,45	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	25,000000
Relação com o emissor	Acionista da controladora da Companhia.					
Objeto contrato	Mútuo contratado com a Odebrecht Transport					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser antecipadamente terminado pelas partes, independentemente de qualquer aviso ou notificação prévia, seja judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (a) rescisão no caso de inadimplemento de qualquer obrigação prevista no contrato que não seja sanado no prazo de 5 dias corridos do recebimento de notificação da parte prejudicada; ou (b) distrato mediante acordo escrito formalizado entre as partes.					
Natureza e razão para a operação	Necessidade de caixa da Companhia para fazer frente aos investimentos e despesas inerentes às suas atividades.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Vexty Previdência	12/09/2019	1.636.994,82	126.552,40	N.ão .apl.icá.vel	Prazo indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Previdência complementar da Companhia.					
Objeto contrato	Vexty Previdência refere-se ao plano de previdência complementar da Companhia, Origem da fundação Odebrecht Previdência.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Distrato mediante acordo escrito formalizado entre as partes.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Benefício de previdência complementar.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Qualquer acionista está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, bem como de atuar em qualquer operação ou negócios na mesma situação de conflito de interesse.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é vedado (i) conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para os acionistas e/ou demais partes relacionadas da Companhia, exceto se for a título de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrados em condições equitativas de mercado; e (ii) prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas partes relacionadas.

Além disso, as operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas são realizadas de acordo com os padrões de mercado e amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições com base no estrito interesse da Companhia.

As operações da Companhia, especialmente aquelas realizadas com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar seu desempenho e levam sempre em consideração o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização, quitação, bem como taxas de juros de mercado (quando aplicável). Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições estritamente comutativas, com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 11 do Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
28/01/2022		0	392.057.642,07
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
392.057.642		0	392.057.642

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há número de titulares de valor mobiliário.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não está listada em qualquer segmento da B³ e não tem seus valores mobiliários negociados em bolsa.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Conforme o anexo C da Resolução da CVM Nº 80, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas categoria "b".

12.9 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 18 do Formulário de Referência.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Luciano Uchoa Carneiro da Cunha	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto no parágrafo 4º do artigo 25 da Instrução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, declara que estão atualizadas no Formulário de Referência de 2023 os campos de quantidade de ações dos Acionistas Controladores (item 6) após aumento do capital social ocorrido em 28 de dezembro de 2023.

Cuiabá, 04 de janeiro de 2024.

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores